

**Continuação**

**2.23. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia. Desta forma, os segmentos reportáveis da Companhia são três, sendo eles: (i) Segmento de Insumos; (ii) Segmento de Grãos e; (iii) Segmento de Indústria. Na nota explicativa 27, estão detalhados os tipos de receitas que compõe para um dos segmentos da Companhia. **2.24. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Acordos de pagamento baseado em ações:** valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). **2.25. Normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem "integralmente vinculada", com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2022, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 1.552 e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 1.405, resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 147. De acordo com as alterações, a Companhia irá apresentar um imposto diferido passivo separado de R\$ 1.905 e um imposto diferido ativo separado de R\$ 2.052. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início da aplicação da norma. A Companhia não divulgou a divulgação da Companhia avaliou possíveis impactos da adoção dessa norma e concluiu que as alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia avaliou possíveis impactos da adoção dessa norma e concluiu que as alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - **Provisão para perdas com contas a receber de clientes (nota explicativa 5):** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia tem como política analisar e provisionar os títulos vendidos a mais de 90 dias, bem como provisionar a perda para todos os títulos em aberto desse elevador. São utilizados aspectos judgmentais para manter ou não o provisionamento de casos em que ocorre a renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do cliente. Dentre os julgamentos efetuados são considerados os motivos que levaram o cliente ao não pagamento (razões climáticas que levaram a quebra de safra, por exemplo), o relacionamento histórico com o cliente, a intenção de pagar e evidências disponíveis que o recebimento irá ocorrer. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir: - **Estoque e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos (Notas explicativas 7, 12 e 14, respectivamente):** A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de commodities pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As commodities comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores,

ajustados para refletir diferenças em mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de commodities, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural (CPR) e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de commodities. - **Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento (nota explicativa 10):** Para mensuração do ativo de direito de uso a Companhia calcula o valor inicial do passivo de arrendamento trazido a valor presente pelas taxas de desconto que variam conforme os vencimentos dos contratos. As taxas de desconto são calculadas considerando a "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. Nesse sentido, ocorrem julgamentos relevantes envolvendo a data das curvas de Juros utilizadas para o cálculo e a determinação do risco de crédito da Companhia. - **Pagamentos baseado em ações (nota explicativa 26):** O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 26. - **Tributos sobre o lucro (nota explicativa 20):** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia usufrui de subvenções governamentais correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS, decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017. No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS. No caso do fertilizante, através do decreto onde o 07/12/2021 em vigência, a partir de janeiro de 2022, onde passou de isenção a diferimento do ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS. O benefício relativo à redução no pagamento do ICMS é calculado sobre o valor apurado das saídas em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, sendo esses valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da Companhia. A Administração da Companhia está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema e, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, a Companhia obtém, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da medição do ativo de renda corrente e diferido, com base no prazo previsto nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus consultores tributários, entende que as chances de êxito, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais, são superiores a 50%, mesma conclusão do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (CPC 22 / IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto. Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo previsto e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Existem premissas relevantes na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributada futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de commodities comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos. Por fim, comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudaram a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia.

**Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (nota explicativa 14):** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

**4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

**4.1 Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	94.072	99.665
Câmbio a receber (*)	48.047	48.047
Aplicações de liquidez imediata	581.796	251.925
Renda fixa (**)	373.163	104.680
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	208.633	147.245
<b>Total</b>	<b>723.915</b>	<b>351.590</b>

(\*) Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras. (\*\*) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 104,84% em 31 de dezembro de 2022 (82,01% em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**4.2 Aplicações financeiras:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	154.841	739.002
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	-	154.841
<b>Total</b>	<b>154.841</b>	<b>739.002</b>

**4.3 Fundo de investimento exclusivo:**

	Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>208.633</b>	<b>147.245</b>	<b>208.633</b>
CDB	141.984	107.879	141.984
Compromissada IPCA	66.649	39.366	66.649
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>154.841</b>	<b>739.002</b>	<b>154.841</b>
CDB	-	410.329	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	160.555	-
Letras Financeiras	154.841	168.118	154.841
<b>Total</b>	<b>363.474</b>	<b>886.247</b>	<b>363.474</b>

O fundo de investimento exclusivo Hat Trick RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de quotas, ou seja, podem ser resgatadas

em D+0. Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, cada um dos ativos do fundo foi registrado de acordo com suas características, observando sua liquidez e prazo de vencimento, o que se traduz em disponibilidade para resgate. A criação do fundo tem como objetivo segregar os recursos captados pelo IPO e manter o poder de compra para realização dos investimentos previstos no plano de investimentos da Companhia. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a as despesas. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos investimentos do fundo é de 99,19% do CDI mensal (112,86% em 31 de dezembro de 2021). Os ativos estão compostos em 39,07% por CDB, 42,60% por Letras Financeiras e 18,34% por compromissadas IPCA. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

**5. Contas a receber de clientes:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber no mercado interno	620.460	409.323
Contas a receber no mercado externo	112.876	60.627
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	179.378	180.666
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	133.586	72.566
(-) Provisão para perdas esperadas	(7.126)	(6.506)
Total de contas a receber	1.039.174	716.676
Circulante	1.037.646	701.919
Não circulante	1.528	14.757

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(6.506)	(5.608)
Adições	(1.397)	(5.683)
Reversão	777	4.785
Saldo no final do exercício	(7.126)	(6.506)

**Hierarquia do valor Justo**

	Nível 2	Nível 3
Soja*	188	2.174
Milho*	101	74
Trigo*	100	3.765
Semente soja**	594	17
Semente trigo**	190	358
Outras sementes**	119	133
Farelo***	2.612	11
Óleo***	6.428	5

(\*) Em milhares de sacas de 60kg, (\*\*) Em milhares de sacas de 40kg, (\*\*\*) Em milhares de toneladas. A análise de sensibilidade dos estoques de commodities esta demonstrada na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das commodities comercializadas e adquiridas pela Companhia.

**8. Valor justo:** A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>263.813</b>	<b>205.755</b>
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	179.378	180.666
Instrumentos financeiros derivativos	84.435	25.089
Contratos a termo de commodities	83.048	21.183
Operações de swap sobre empréstimos	1.387	3.906
Ativo ambiental	1.030	714
<b>Estoques commodities (Nota 7)</b>	<b>958.762</b>	<b>780.356</b>
<b>Total ativos</b>	<b>1.223.605</b>	<b>986.825</b>

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros e não financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos mensurados a valor justo está demonstrada na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das commodities comercializadas e adquiridas pela Companhia.

**Relacionamento entre os inputs significativos observáveis e não observáveis e mensuração do valor justo**

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Swaps de taxa de juros	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. A estimativa do valor justo está sujeita a atualização após análise comparando o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de crédito default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável
Cédulas de Crédito do Produtor Rural (CPR)	O valor justo das cédulas de crédito do produtor rural é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela taxa na mesma data.	Não aplicável	Não aplicável
Fornecedores de commodities a fixar	O valor justo dos fornecedores de commodities a fixar é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela taxa na mesma data.	Não aplicável	Não aplicável
Contratos a termo de commodities	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a termo de commodities é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela taxa na mesma data.	Não aplicável	Não aplicável
Operações de hedge de commodities	O valor justo das operações de hedge de commodities é determinado de acordo com a variação do mercado, podendo ser ajustes positivos ou negativos na conta financeira. Em uma análise de movimentação de valor de cada commodity em determinado período é realizado uma avaliação do preço atual em confronto o saldo contábil registrado na data base do contrato. A função do hedge em derivativos serve para proteger a Companhia de variações de mercado, evitando que a imprevisibilidade prejudique as transações e afete todo o resultado dessas commodities.	Não aplicável	Não aplicável
Estoques de commodities	O valor justo dos estoques é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela PTAX na mesma data.	Cotações de sementes de soja, trigo e milho.	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Ativo ambiental	O ativo ambiental é determinado pelo preço médio de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável	Não aplicável
Operações de NDF	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de NDF é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável	Não aplicável

**9. Investimentos:** O total de investimentos em 31 de dezembro de 2022 é composto pelo seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Investimento em controladas	879	-
Total dos investimentos do período	879	-

**Investimento**

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação acionária %	Participação patrimônio líquido	Participação Capital Social	Equivalência Patrimonial
Tentos Participações Ltda.	541	879	100%	879	541	338
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. (*)	-	-	100%	-	-	-

(\*) A Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. foi constituída em 15 de junho de 2022, porém ainda não houve integralização de capital social. As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	Saldos em 31/12/2021	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2022
Tentos Participações Ltda.	-	541	338	879

Os principais saldos de investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas
Tentos Participações Ltda. (*)	691	26.804	18.222	6.816	2.457	577	(503)

(\*) Saldo consolidando as controladas indiretas Tentos Corretora de Seguros Ltda, Tentos Promotora de Vendas Ltda e Mates Locações Aéreas Ltda.

**6. Impostos a recuperar:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	128.352	102.255
CSLL	43.903	34.351
PIS	49.495	8.483
COFINS	58.416	40.138
Retenções	220	378
IRF aplicações financeiras	20.106	-
ICMS	7.612	30
<b>Total</b>	<b>308.104</b>	<b>185.635</b>
Circulante	134.967	63.576
Não circulante	173.137	122.059

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa. Com o fim dos leilões, a venda de biodiesel passou a ter sua tributação de ICMS diferida ou suspensa e através da publicação do Convênio 206/2022 foi instituído o tratamento tributário diferenciado para o produtor de biodiesel, o qual regulamentou a apuração de débito de ICMS extra-apuração. Com isso, ao final de cada período de apuração, as usinas passaram a apurar débitos de ICMS referente a essas operações. Após essa apuração, é realizado um pedido de autorização junto à Secretária da Fazenda do Estado (SEFAZ) para emissão de nota fiscal de ressarcimento contra a Refinaria que atualmente é a substituta tributária das operações subsequentes. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou débito de ICMS extra-apuração no total de R\$ 144.461 sendo que deste montante já foram ressarcidos em caixa R\$ 100.603 e o total de R\$ 7.610 aguarda liberação por parte da SEFAZ, restando R\$ 36.248 a ser ressarcido pela refinaria. Os valores já liberados pela SEFAZ e os quais já possui nota fiscal de ressarcimento emitida estão incluídos na rubrica de "contas a receber de clientes".

**7. Estoques:** Os estoques de commodities estão apresentados devidamente ajustados a valor justo com contrapartida do resultado. Os estoques de insumos e produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço. O grupo de estoques está assim composto:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Registrados a custo de aquisição/produção</b>	<b>23.122</b>	<b>97.406</b>
Aduobes e fertilizantes	831.963	457.609